

CONHECENDO MEU CANDIDATO: perfil das candidaturas a vereança, nos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes¹

GETTING TO KNOW MY CANDIDATE: the profile of candidates for city council in Brazilian municipalities with less than 20 thousand inhabitants

Ricardo Tesseroli²; Pedro Chapaval Pimentel³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar o perfil sociodemográfico dos candidatos a vereador, em municípios com população inferior a 20 mil habitantes e comparar com o perfil dos candidatos nos municípios que possuem mais de 20 mil habitantes e com o total das mais de 500 mil candidaturas de todo o Brasil. A pergunta de pesquisa que direciona este trabalho é: existe diferença no perfil dos candidatos a vereança entre os municípios com população inferior a 20 mil habitantes e os com população superior a 20 mil? Para testar a hipótese de que o recorte populacional da amostra não influencia nas características dos candidatos, foi realizada uma pesquisa quantitativa por meio de estatística descritiva das variáveis sociodemográficas dos candidatos nos dados referentes as eleições de 2020. Como resultado constatou-se que as principais diferenças no perfil dos candidatos a vereador residem na faixa etária dos candidatos, no grau de escolaridade e na ocupação declarada.

Palavras-Chave: Brasil. Campanha Eleitoral. Vereador. Candidato.

Abstract: This paper aims to identify the sociodemographic profile of the candidates for councilperson in municipalities with less than 20 thousand inhabitants and compare it with the profile of the candidates in the municipalities that have more than 20 thousand inhabitants and with the total of more than 500 thousand candidacies throughout Brazil. The research question that drive this work is the following: is there a difference in the profile of councilor candidates between municipalities with a population of less than 20 thousand inhabitants and those with a population of more than 20 thousand? To test the hypothesis that the population under analysis does not influence the characteristics of the candidates, a quantitative research was carried out through descriptive statistics of the sociodemographic variables of the candidates in the data referring to the 2020 elections. As a result, it was

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Propaganda e Comunicação Eleitoral da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 11 de maio de 2023.

² Doutorando em comunicação pelo PPGCOM/UFPR, Bolsista Caps, Jornalista, e-mail: rgtesseroli@gmail.com

³ Doutor em Administração pelo PPGADM/UFPR e Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFPR, e-mail: pimentel@ufpr.br

found that the main differences in the profile of candidates for city council reside in the age of the candidates, the level of education, and the declared occupation.

Keywords: Brazil. Election Campaign. Councilperson. Candidate.

1. Introdução

A campanha eleitoral para vereador⁴ em municípios com menos de 20 mil habitantes, em 2020, é o tema das reflexões que apresentamos. Naquele ano, o Brasil teve, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 518.485 candidaturas das quais 511.339 foram consideradas aptas (após avaliação de registros das candidaturas e substituições) e disputaram 58.114 vagas nos legislativos municipais de 5.570 municípios. No que diz respeito especificamente aos municípios com menos de 20 mil habitantes foram 189.129 candidatos disputando 35.102 vagas em 3.782 municípios.

Os números atestam a importância e a dimensão das eleições para os legislativos municipais e destacam a relevância desse evento como fenômeno social. Isso é especialmente verdadeiro se levarmos em consideração que, no caso do recorte feito para este estudo, 67,8% dos municípios brasileiros possui menos de 20 mil habitantes. A escolha pelos municípios em 20 mil habitantes, se deu justamente para abraçar um percentual superior aos 50% do total de municípios brasileiros.

O presente trabalho tem o objetivo de identificar o perfil sociodemográfico dos candidatos a vereador, em municípios com população inferior a 20 mil habitantes, a partir da comparação com o perfil dos candidatos nos municípios que possuem mais de 20 mil habitantes e do total das mais de 500 mil candidaturas de todo o Brasil.

Com a comparação pretendemos responder a seguinte pergunta: existe diferença no perfil dos candidatos a vereança entre os municípios com população inferior a 20 mil habitantes e os com população superior a 20 mil? A hipótese que

⁴ Alertamos que optamos por utilizar artigos referentes ao sexo masculino com o intuito de não sobrecarregar graficamente o texto. Isso, no entanto, não representa que os pesquisadores envolvidos tenham comportamento discriminatório e sexista, muito pelo contrário, prezamos pela equidade e igualdade de gênero. Repudiamos qualquer tipo de preconceito de gênero e misoginia. As nuances de determinado idioma, com todas suas peculiaridades e regras linguísticas, não devem ser utilizadas para reforçar atitudes preconceituosas e excludentes.

partimos é a de que, o recorte populacional da amostra não influencia nas características dos candidatos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa quantitativa por meio de estatística descritiva das variáveis sociodemográficas dos candidatos nos dados referentes as eleições de 2020. Foram levantadas informações referentes ao gênero, estado civil, raça, faixa etária, grau de instrução e ocupação.

Utilizamos duas bases de dados. A primeira, oriunda do repositório do TSE, que contém informações variadas a respeito de todos os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito das eleições de 2020. Trata-se de uma tabela com mais de 560 mil linhas, uma para cada candidato que concorreu as eleições daquele ano e 65 colunas, cada uma com uma informação diferente do candidato e do pleito. A segunda, proveniente do IBGE, é a tabela com a estimativa populacional do ano de 2020, de todos os 5.570 municípios brasileiros. Com esses dados, foi possível, cruzar as tabelas e obter a relação de todos os candidatos a vereador por município, e depois separar os municípios por número de habitantes, para assim, extrair os dados sociodemográficos de todos os candidatos a vereador, em dois recortes. O primeiro, com informações referentes a todos os candidatos dos municípios com até 20 mil habitantes e o segundo com as informações dos candidatos dos municípios com população superior a 20 mil. Completam os dados, as informações referentes a toda a amostra estudada, sem distinção de faixa populacional dos municípios.

2. Campanha eleitoral para vereador

O ponto de partida deste trabalho é a aprovação da Emenda à Constituição 58, a chamada “PEC dos Vereadores”⁵ de setembro de 2009. A proposta fixou número mínimo de nove vereadores, para municípios de até 15 mil habitantes, aumentando o número de cadeiras de acordo com 24 faixas populacionais, até chegar à quantidade de máxima de 55 vereadores para municípios com população acima de oito milhões. Com a promulgação da Emenda Constitucional, o artigo 29, inciso IV, da Constituição

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm>. Acesso em 10 abr. 2023.

Brasileira, para as faixas habitacionais que este trabalho abrange, ficou assim estabelecido:

- VI- para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:
- a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;
 - b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes (BRASIL. Constituição 1998. p. 337).

A entrada em vigor da nova legislação estabeleceu uma nova ordem para a formação dos legislativos municipais em todo o país e fez com que mudanças significativas ocorressem na disputa eleitoral. Kerbauy (2016) ressalta que a quantidade de vagas nos legislativos municipais aumentou de 51.999 em 2008 para 57.434 em 2012, acréscimo de mais de 10%. O número de candidatos teve um acréscimo de 13%, se comparado os mesmos períodos. Passou de 330.630 para 449.767, com uma relação candidato/vaga que aumentou de 6,36 para 7,83.

Ao estudar o papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral, Kerbauy enfatiza que “a eleição para as câmaras municipais se constitui num elemento importante nas alianças das lideranças partidárias municipais e passa a ter um papel significativo nas eleições municipais, passando a fazer parte das estratégias eleitorais dos partidos para as eleições subsequentes” (KERBAUY, 2016, p. 119).

Esse cenário fez com que as eleições locais ganhassem destaque dentro do arranjo eleitoral brasileiro. As disputas nos legislativos municipais, junto com as eleições majoritárias locais, entraram na base da pirâmide das disputas eleitorais, servindo como alicerce e fundação para eleições maiores. Deste modo, é possível reconhecer a relevância do pleito para o legislativo municipal.

As eleições para as Câmaras Municipais têm cada vez mais um papel importante no padrão de votação e desempenho eleitoral partidário nas eleições municipais, passando a fazer parte das estratégias eleitorais dos partidos para as eleições subsequentes, de forma a definir alinhamentos entre as arenas eleitorais, influenciando na coordenação eleitoral (KERBAUY, 2016, p. 95).

A disputa para um cargo de vereador possui um caráter precursor, sendo utilizada como pontapé para o universo da política por meio de um mandato eletivo. A partir dessa condição de base da carreira, existem autores que a consideram “como uma espécie de porta de entrada para o mundo da política” (NOLL; LEAL, 2008, p. 9). A afirmação pretende indicar que os cidadãos têm no cargo de vereador a mais ampla possibilidade de exercício de um cargo político. “Pode-se considerar, então, que muitos começam como vereador e fazem do cargo o trampolim para uma carreira política bem-sucedida” (LIMA, 2013, p.34). Um exemplo disso pode ser obtido no fato de que 40% dos deputados estaduais eleitos para a legislatura de 2019 a 2022 na Assembleia Legislativa do Paraná iniciaram sua carreira política com uma candidatura a vereança. Do total de 54 parlamentares, 22 deles tiveram como seu primeiro cargo eletivo o de vereador.

As disputas eleitorais sempre foram influenciadas por decisões de ordem jurídica, como mudanças na legislação eleitoral. Uma das mais recentes foi a aprovação da também Emenda Constitucional 97, em 2017, que, entre outras questões, proibiu as coligações para eleições proporcionais e criou uma cláusula de barreira para os partidos⁶.

Algumas alterações, como a cláusula de desempenho eleitoral, entraram em vigor nas eleições de 2018. Para 2020, a mudança mais significativa, e que interferiu no arranjo da disputa, foi o fim das coligações para eleições proporcionais (vereadores e deputados). O sistema proporcional continua em vigor, mas sem as coligações que foram permitidas somente para a disputa dos cargos majoritários.

A candidatura ao executivo tem a capacidade de servir como polo de atração dos partidos que a partir dela mantém a combinação de legendas para o pleito proporcional ou a quebra em parcelas calculadas em busca de poder lançar mais nomes para o pleito e conquistar mais cadeiras. Como será a partir de agora? Se antes uma aliança majoritária de seis partidos podia se quebrar, por exemplo, em duplas, trios ou mesmo em seis pedaços únicos, o que era raro, o fato é que pela regra os partidos só disputarão essa eleição isolados no pleito proporcional (DANTAS; SILVA, 2020).

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm>. Acesso em 10 abr. 2023.

Com o fim das coligações, uma coisa é certa, elegem-se os vereadores mais votados nos seus partidos, desde que o partido consiga atingir o quociente eleitoral, que continua valendo. A entrada em vigor da legislação promoveu significativas mudanças na disputa, acirrando ainda mais um processo eleitoral que é marcado por intensa competitividade.

Diante desse cenário, as eleições municipais são fundamentais para compreendermos a realidade política no seu nível mais básico, o dos 5.570 municípios espalhados em um país de dimensão continental, com fortes lógicas regionais, que importam tanto para o desempenho de partidos e candidatos quanto para os alinhamentos políticos. Entretanto esse universo é praticamente ignorado nas pesquisas acadêmicas e publicações sobre comunicação eleitoral e ciência política. Dantas e Silva (2020), em um trabalho de revisão bibliográfica que buscaram recuperar o debate em torno nas eleições municipais em nível proporcional, sustentam a argumentação de que a discussão continua centrada nas eleições para prefeito, sendo que pouca atenção tem sido dada à escolha dos vereadores. “Quando olhamos para as eleições municipais a centralidade nas pesquisas acadêmicas são as disputas para prefeito. O pleito legislativo tende sempre a permanecer em segundo plano” (DANTAS; SILVA, 2020, p.166).

A necessidade de se ampliar a agenda de investigações a respeito da política local no Brasil foi destacada por Kerbauy (2016), ao apontar que, a partir de 2008, as eleições municipais ganharam atenção nacional, perante a mobilização de partidos, candidatos, lideranças políticas e eleitores, visto que o resultado delas pode influenciar as eleições seguintes.

3. Relação candidato/vaga

Como citado, o Brasil teve, em 2020, 511.339 candidaturas aptas disputando 58.114 vagas nos legislativos municipais de 5.570 municípios. Em uma conta simples, concorrência de 8.8 candidatos por vaga, no entanto, sabemos que esse número pode variar por uma série de motivos, entre eles, a quantidade de cadeiras em disputa em cada município, o tamanho das listas e indicações de candidaturas por partido e

questões de judicialização do processo eleitoral. Como a nossa intenção é traçar o perfil dos candidatos a vereador nos municípios com menos de 20 mil habitantes, a tabela 1 apresenta todos os dados referentes aos números gerais das disputas para vereança nos municípios brasileiros, com recortes específicos para as estatísticas demográficas em questão:

TABELA 1
Relação candidato/vaga nos legislativos municipais brasileiros

	Municípios	Nº de candidatos	Nº de Vagas	Candidato/vaga
Total Brasil	5.570	511.339	58.114	8.8
Até 20 mil hab.	3.872	189.129	35.102	5.4
> de 20 mil hab.	1.698	322.210	23.012	14.0

FONTE: TSE – TABULAÇÃO DOS AUTORES

No que diz respeito especificamente aos dados referentes aos municípios com menos de 20 mil habitantes, aferimos que, a relação candidato/vaga ficou em 5,4 por vaga. Número consideravelmente menor se comparado ao total de candidaturas e vagas dos 5.570 municípios brasileiros e, menor ainda, se compararmos com a fatia de municípios com mais de 20 mil habitantes. Nesse recorte a média foi de 14 candidatos por vaga.

A análise aponta para uma diferença considerável na relação candidato/vaga entre os municípios com menos de 20 mil habitantes, foco deste trabalho, e os com população superior a 20 mil. Enquanto nos municípios menores a concorrência é de 5.4 candidatos por vaga, nos de maior porte foi registrado 14 candidatos por vaga. Apesar de não ser esse o objetivo deste estudo, tamanha diferença pode ser explicada, entre outros motivos, pelo número de Comissões Provisórias e Diretórios Municipais, que tende a ser menor nos municípios com menos de 20 mil habitantes, se comparado a municípios de maior porte. Em outras palavras, quanto maior o porte do município, maior tende a ser o número de partidos existentes, e vice-versa.

A existência ou não de Comissões Provisórias e Diretórios Municipais dos partidos nos municípios afeta diretamente o número de candidatos, pois, quanto maior for o número de partidos existentes, maior poderá ser o número de candidatos

lançados. Como exemplo prático, podemos afirmar que, um município que tenha 16 Comissões Provisórias ou Diretórios Municipais tende a ter um número maior de candidatos, se comparado a um município que tenha 10 Comissões Provisórias ou Diretórios Municipais. Com menos partidos instalados no município a tendência é de se ter menos candidatos e com isso a relação candidato/vaga é menor.

O número menor de candidatos concorrendo a uma vaga não significa que, nos municípios de menor porte, a disputa seja menos acirrada e a eleição mais fácil. Vale destacar que, a quantidade menor de eleitores faz aumentar a importância de cada voto, visto que o número de votos em disputa é menor do que nos municípios maiores. Neste ponto, reside uma das principais características das eleições locais, a disputa por cada voto, onde cada eleitor conquistado conta muito e o voto de cada pessoa tem peso relevante no final da eleição.

4. Perfil

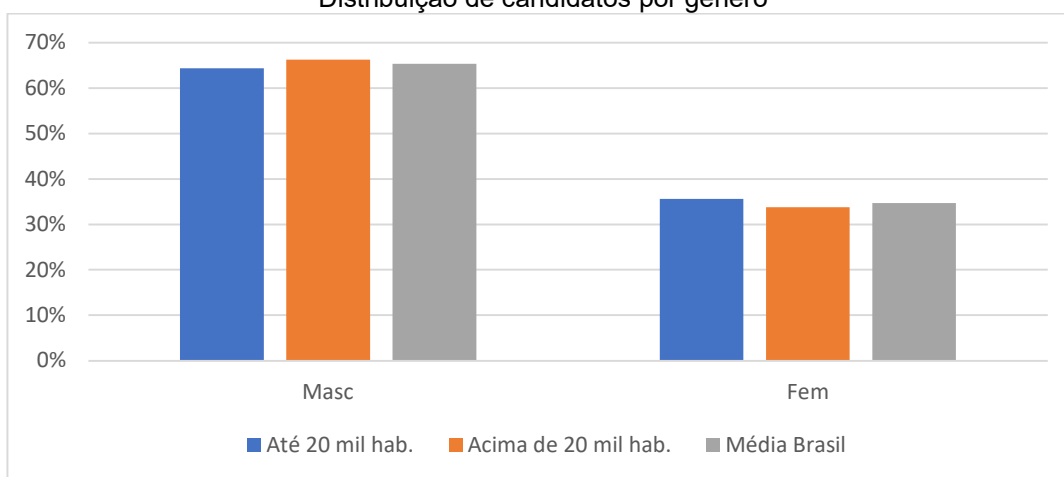
A partir de agora apresentamos o resultado da aplicação da metodologia de cruzamento dos dados, onde foi possível identificar o perfil dos candidatos a vereador, fazendo a distinção entre os municípios com população inferior e superior a 20 mil habitantes. A título de comparação apresentaremos também os perfis referentes ao total da amostra, sem distinção do recorte populacional dos municípios.

O gráfico 01 apresenta os dados referentes as informações de gênero dos candidatos a vereador, nas eleições de 2020, com a divisão entre municípios com menos e mais de 20 mil habitantes, e a comparação com total dos dados referentes aos 5.5570 municípios brasileiros, sem distinção de faixa populacional.

O que se pode constatar é que não existem diferenças chamativas em relação ao perfil dos candidatos quando olha-se apenas para um gênero, entre candidatos de municípios com menos e mais de 20 mil habitantes. Em percentuais, os candidatos do gênero masculino somam 64,3% do total de candidatos nos municípios com até 20 mil habitantes e 66,2% nos municípios acima de 20 mil. A média brasileira está em 65,3%. No que diz respeito as candidaturas femininas, estas somam 35,6% nos municípios de menor porte e 33,7% nos de maior porte, com uma média nacional de 34,69%. Destacamos uma sensível diferença se compararmos as duas estratificações

em questão. Nos municípios menores o percentual de candidatas mulheres é maior que a média nacional e, nos maiores, são os candidatos homens que tem um percentual maior que a média brasileira. Em números absolutos foram, em 2020, 121.733 candidatos homens e 67.396 candidatas mulheres nos mais de 3.800 municípios com até 20 mil habitantes e 213.480 candidatos homens e 108.730 candidatas mulheres nos 1.698 municípios com população superior a 20 mil habitantes.

GRÁFICO 1
Distribuição de candidatos por gênero



FONTE: TSE 2020 – FORMATAÇÃO DOS AUTORES

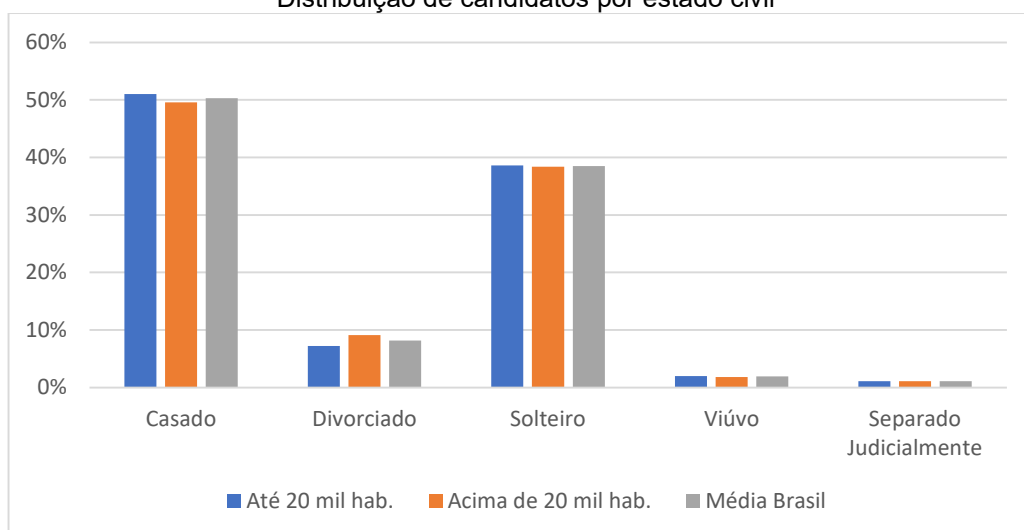
Vale destacar que tais percentuais sofrem influência da legislação eleitoral que, a partir de 2009, determinou que cada partido ou coligação reservasse ao menos 30% das vagas para a cota de gênero. “Essa decisão, sozinha, alterou significativamente o perfil dos candidatos, não só no que diz respeito ao gênero, mas também em termos de variáveis como estado civil e escolaridade” (DANTAS; SILVA, 2020, p. 163).

Mesmo com a criação da cota de gênero — que, apesar de não prever especificamente o percentual de 30% para candidatas, são costumeiramente usadas na proporção 70% homens e 30% mulheres (poderia ser o contrário) — a representação das mulheres segue abaixo do percentual do eleitorado feminino que, de acordo com dados do TSE, representa 52,5% do total de eleitores. Nas eleições

de 2020 os homens conquistaram 84% das cadeiras nas câmaras de vereadores (48.718) contra 16% (9.291) de mulheres.

No que se refere ao estado civil dos candidatos, os dados do repositório do TSE também não apontam grandes variações no recorte feito pelo contingente populacional dos municípios. Conforme apresentado no gráfico 2, nos 3.872 municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes, os candidatos que declararam serem casados são maioria, com 51%. Em números quantitativos foram 96.429 dos 189.129 candidatos. Na sequência, aparecem os solteiros, com 38,6% (73.059), seguidos dos divorciados, com 7,25% (13.729). Viúvos e separados judicialmente representam menos de 2% do total de candidatos.

GRÁFICO 2
Distribuição de candidatos por estado civil



FONTE: TSE 2020 – FORMATAÇÃO DOS AUTORES

Já, nos municípios com mais de 20 mil habitantes, os casados representam 49,5% (159.721 dos 322.210 candidatos). Solteiros 38,3% (123.629) e os divorciados 9,1% (29.318). Viúvos e separados judicialmente aparecem com menos de 2% do total de candidaturas. A média brasileira está, respectivamente em 50,2%, 38,5% e 8,1%. A maior diferença, se compararmos os dois recortes, aparece nos dados relativos aos candidatos divorciados. Nos municípios de menor porte eles apresentam

um percentual, quase 2% maior em relação aos municípios de maior porte. Porém a diferença não se mostra expressiva.

Um aspecto relevante pode ser constatado na junção dos dados apresentados com estudo feito por Dantas e Souza (2016). Em um trabalho que analisou o perfil sociodemográfico dos candidatos a vereador nas eleições que ocorreram entre 2000 e 2016, os pesquisadores apontam para uma tendência de queda no percentual de candidatos casados e no aumento do número de candidatos solteiros, ao longo do tempo.

Embora não apresente recorte por faixas populacionais dos municípios, o referencial histórico dos pesquisadores aponta para uma mudança gradual no perfil dos candidatos, no que diz respeito ao estado civil. Os dados são apresentados na tabela 2 onde é perceptível uma curva ascendente no percentual de candidaturas de pessoas solteiras e descendente na de candidatos casados.

TABELA 2
Percentual de candidatos casados e solteiros (2000-2020)

Estado Civil	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Casado(a)	67,97%	65,16%	62,10%	57,16%	53,75%	50,2%
Solteiro(a)	21,24%	24,34%	28,06%	32,36%	35,73%	38,5

FONTES: TSE E DANTAS E SOUZA (2016)

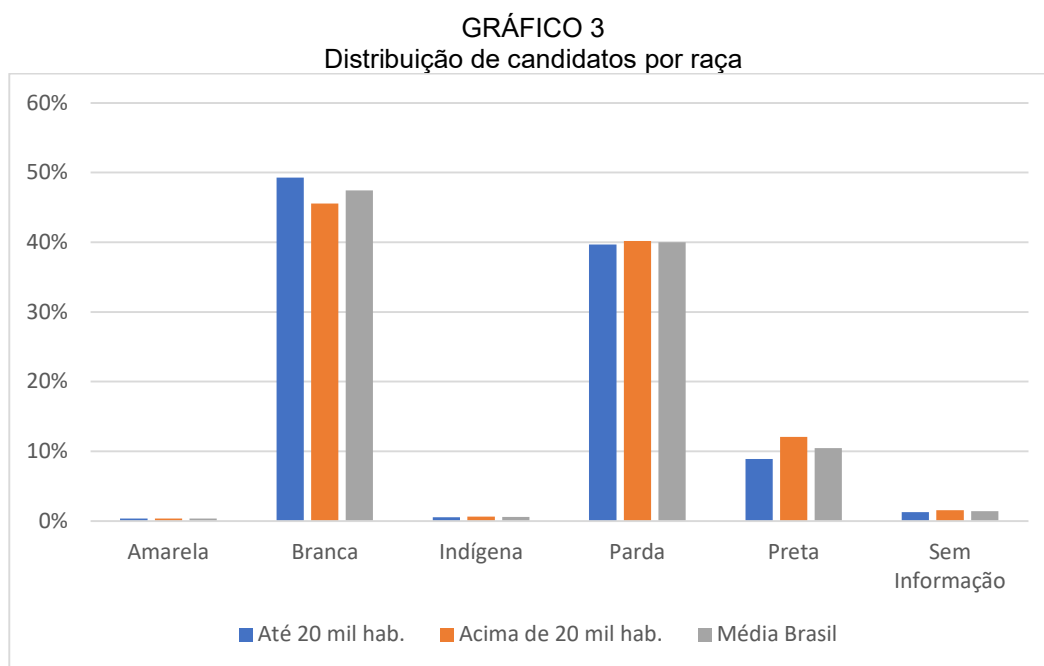
Tal fenômeno, de acordo com Dantas e Souza (2016), pode estar refletindo uma mudança de comportamento em relação a percepção de questões tradicionais que envolvem os agentes políticos.

Resta, assim, lançar hipóteses atreladas a uma sensação de redução de sentimentos de preconceito eleitoral relacionado a uma ideia de que “políticos precisam ter família” ou mesmo a uma elevação no total de uniões consensuais ou mais informais que podem estar sendo lançadas pelos candidatos em classificação diferente de “casado(a)” (DANTAS; SOUZA, 2016, p.26).

Pela inexistência de dados de eleições anteriores, com o recorte populacional aqui apresentado, não podemos afirmar se essa tendência pode ser constatada, historicamente, nos percentuais referentes aos candidatos com domicílio eleitoral em

municípios com até 20 mil habitantes. Entretanto é possível deduzir, pela análise dos dados, que, como não foram constatadas grandes variações dos percentuais dos recortes populacionais em relação ao total de candidatos de todo o país, os percentuais relativos aos recortes populacionais, se mantenham nos patamares do constatado para o total de candidatos de todo o Brasil; o que nos leva a crer que esse fenômeno possa também estar ocorrendo entre os candidatos a vereador dos municípios de menor porte.

Entrando agora nas informações referentes a declaração de raça de cada candidato, pode-se identificar uma sutil diferença ao levar em consideração o recorte populacional dos municípios. O gráfico 3 resume as informações no qual, embora haja um predomínio das candidaturas de pessoas declaradas brancas, podemos constatar que, nos municípios com menos de 20 mil habitantes esse percentual é maior se comparado aos com mais de 20 mil, e maior que a média nacional.



FONTE: TSE 2020 – FORMATAÇÃO DOS AUTORES

Ao todo, 49,3% de todos os candidatos nos pequenos municípios se declararam brancos, contra 45,5% nos municípios com população superior a 20 mil. A média nacional é de 47,4%. Em números absolutos são 93.212 candidatos brancos

nos pequenos municípios contra 146.854 nos de maior porte. O total nacional é de 240.066 candidatos.

É possível constatar uma relação inversa nos candidatos que se declararam pretos. Nos municípios com menos de 20 mil habitantes eles totalizam 8,8% (16.801) contra 12% (38.848), nos com população superior a 20 mil. A média brasileira é de 10,4%, totalizando 55.649 candidatos declarados pretos. Os percentuais referentes aos candidatos que declararam ser pardos, amarelos ou indígenas não apresentam significativas diferenças dentro dos recortes populacionais apresentados.

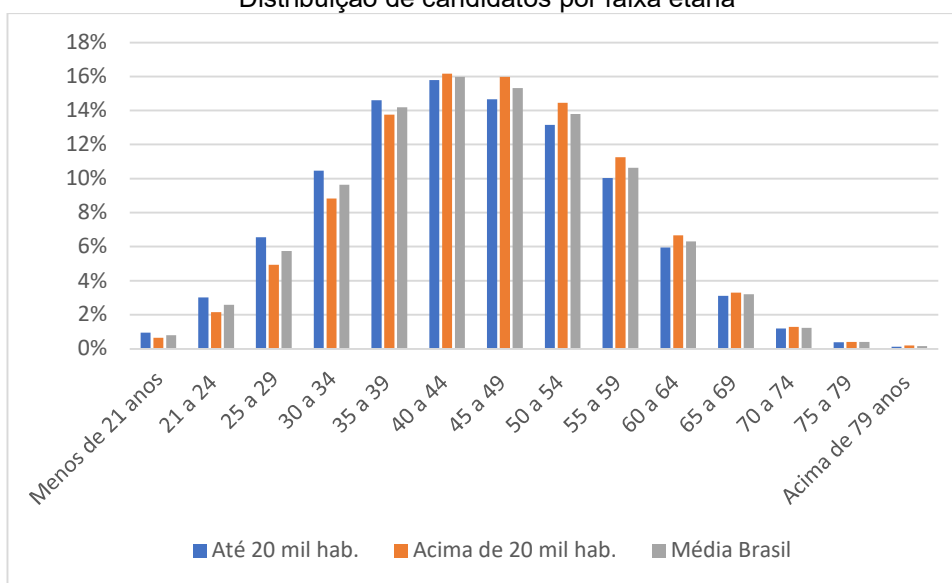
De acordo com dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% pardos, 9,4% pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas⁷. Comparando esses percentuais com a declaração de raça dos candidatos a vereador pode-se verificar que as candidaturas que prevalecem são as de pessoas da raça branca e parda. No entanto, há uma inversão, quando comparamos com os dados da PNAD. A população que se autodeclara parda, no Brasil, é maior que branca, porém, nas eleições 2020 o que prevaleceu foi um maior número de candidatos autodeclarados brancos, em relação aos pardos. Os amarelos, indígenas e pretos são em proporções semelhantes aos dos dados da PNAD.

Ao olharmos novamente para a estratificação por população, dividindo os candidatos entre aqueles com domicílio eleitoral em cidades com menos e com mais de 20 mil habitantes, podemos constatar serem predominantes, nos pequenos municípios, as candidaturas de pessoas brancas. Nos municípios com mais de 20 mil habitantes, os candidatos brancos também são maioria. No entanto, existe um percentual maior de candidatos autodeclarados negros se comparados com o percentual desses candidatos nas cidades menores. Ao analisar a competição eleitoral é possível afirmar que os negros participam mais do processo em municípios de maior porte se comparado aos de menor porte. Esta afirmação abre espaço para futuros estudos que possam tratar de identificar o porquê dessa diferença.

⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258>. Acesso em 10/01/2023.

Passando para a análise das faixas etárias dos candidatos a vereador, nas eleições de 2020, constatamos uma predominância de concorrentes entre 35 e 49 anos, indistintamente da divisão de faixas populacionais em questão. Entretanto, se analisarmos a divisão feita entre os municípios com população inferior e superior a 20 mil habitantes, constataremos que as maiores diferenças se encontram entre as faixas etárias de 25 a 29 e 30 e 34 anos, como mostra o gráfico 4.

GRÁFICO 4
Distribuição de candidatos por faixa etária



FONTE: TSE 2020 – FORMATAÇÃO DOS AUTORES

Por mais que a diferença nessas duas faixas etárias não ultrapasse 1,6%, é nesse intervalo que podemos constatar as maiores assimetrias quando analisamos as disparidades de idade entre os candidatos dos dois recortes populacionais dos municípios. Em percentuais, verificamos que, 6,5% dos candidatos dos municípios com até 20 mil habitantes estavam na faixa etária entre 25 e 29 anos, contra 4,9% dos concorrentes nos municípios com população superior a 20 mil. A média brasileira é de 5,7%. Os candidatos na faixa etária dos 30 e 34 anos, somam 10,4% do total, nos municípios com até 20 mil habitantes e 8,8% nos com população superior. A média nacional fica em 9,6%.

Olhando para os dados referentes as faixas etárias inferiores (menores de 21 anos e entre 21 e 24 anos) perceberemos a tendência de se ter um percentual de candidatos jovens, maior nos municípios com população até 20 mil habitantes, o que nos leva a afirmar que, nos pequenos municípios, os jovens e adultos com menor idade se interessam mais pela política eleitoral e representativa, do que em municípios com mais de 20 mil habitantes.

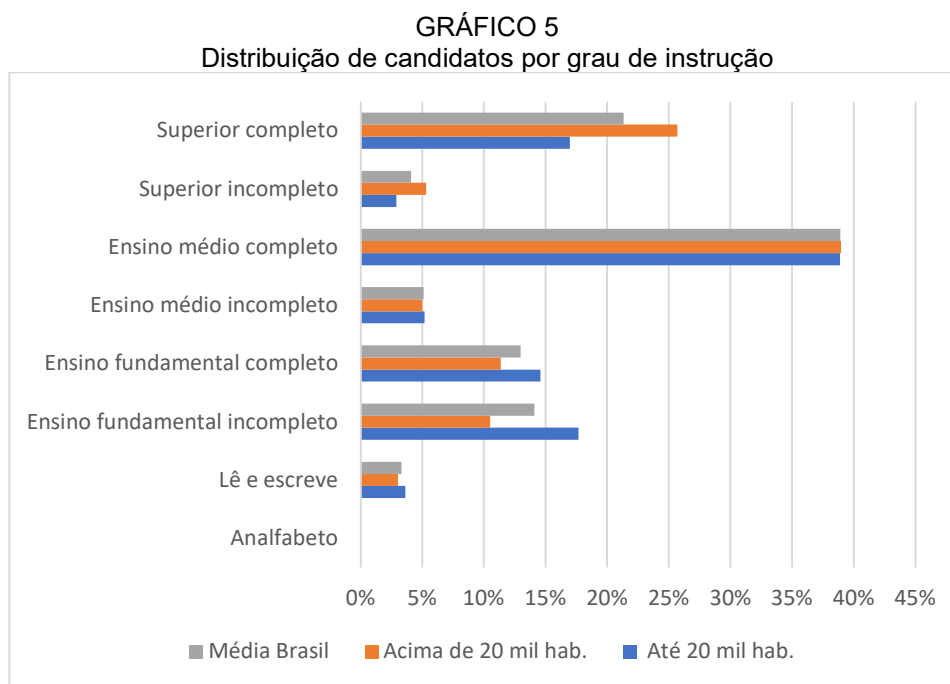
Movimento inverso acontece nas faixas etárias entre os 50 e 64 anos. Nesse intervalo, o número de candidatos nos municípios com mais de 20 mil habitantes é superior aos com menos de 20 mil. São 13,1% contra 14,4% na faixa etária entre 50 e 54 anos; 10% contra 11,2% na faixa dos 55 a 59 anos e 5,9% contra 6,6% na de 60 até 64 anos. A comparação nos permite afirmar que, nos municípios de maior porte existe um interesse maior dos candidatos no final da fase adulta e início da velhice. Assim como o constatado com as informações que dizem respeito a declaração de raça, estas constatações abrem espaço para futuros estudos que possam tratar de identificar os motivos dessa diferença.

Predominam, nas duas faixas populacionais de municípios analisados, as candidaturas de pessoas entre 35 e 49 anos. Nos dois recortes, as faixas etárias de 35 a 39 anos; 40 a 44 e 45 a 49, somam percentuais superiores a 14%. São mais de 45,5% de todos os candidatos nessas faixas etárias, o que nos permite afirmar que maior parte dos candidatos são pessoas de meia idade.

Por mais que tenha sido possível constatar, até agora, sensíveis diferenças entre os dados sociodemográficos dos candidatos de cidades com população inferior e superior a 20 mil habitantes, verificamos que tais assimetrias dificilmente ultrapassam os 2%, o que nos leva a apontar que, por mais que existem disparidades e características específicas referentes ao perfil das candidaturas, de acordo com o tamanho do município, e conseqüentemente do colégio eleitoral, elas não são acentuadas. Este cenário muda quando analisamos as informações referentes ao grau de instrução dos candidatos, como pode ser constatado no gráfico 5.

É nesta variável sociodemográfica que se encontram as maiores diferenças no perfil dos candidatos, quando observamos a divisão por recorte populacional dos municípios. Em uma primeira análise podemos constatar que municípios menores

tendem a ter candidatos com grau de instrução inferior aos candidatos dos municípios com maior população e a diferença é considerável.



FONTE: TSE 2020 – FORMATAÇÃO DOS AUTORES

Vejamos os percentuais: nos municípios de menor porte, os candidatos com ensino fundamental incompleto somam 17,7%, contra 10,5% nos municípios com mais de 20 mil habitantes. O percentual dos candidatos que declararam ter ensino fundamental completo, também apresenta variações significativas; são 14,6% nos pequenos municípios e 11,3 nos maiores. Os percentuais que dizem respeito ao ensino médio se mantêm em patamares semelhantes. No entanto, quando analisamos os dados referentes aos candidatos com grau mais elevado de escolaridade a situação se inverte. Do total de 189.129 candidatos dos municípios com menos de 20 mil habitantes, apenas 2,9% declararam ter ensino superior incompleto, ante 5,3%, dos 322.210 candidatos, nos municípios com população superior a 20 mil. A diferença é mais significativa ainda se olharmos para a parcela de candidaturas que declararam ter o ensino superior completo. Nos municípios

pequenos esses candidatos somam 16,9% contra 25,7% nos com mais de 20 mil habitantes.

Uma das explicações mais racionais para essa diferença pode residir no acesso ao ensino superior, seja ele público ou privado. Por mais que nos últimos anos tenha havido uma expansão do ensino superior, é de conhecimento geral que, as faculdades e universidades tendem a se instalar ou se expandirem para municípios de maior porte, por questões de demanda, fazendo com que, alunos que residam em municípios menores tenham que se deslocar diariamente para cursar uma faculdade ou então até se mudar de municípios na intenção de concluir os estudos.

Vale ressaltar também que, muitas das pessoas que mudam de cidade para estudar, acabam não voltando para seu município de origem, ao terminar a graduação, por questões relativas ao mercado de trabalho. Esses fatos fazem com que o número de residentes em pequenos municípios que possuem ensino superior completo tenda a ser menos do que nos municípios mais estruturados.

É certo que, na última década e, mais especificamente com o período de pandemia vivenciado entre 2020 e 2022, houve um aumento da oferta e de matrículas em cursos à distância. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, realizado em 2021, a oferta de cursos de Educação a Distância (EAD) cresceu 474% nos últimos dez anos e os alunos matriculados em cursos EAD já superam o número de alunos das graduações presenciais, na rede privada de ensino superior⁸, porém seria necessário estudos mais aprofundados para verificar qual o impacto dessa modalidade de graduação nas populações dos pequenos municípios e conseqüentemente no perfil dos candidatos a vereador dessas localidades.

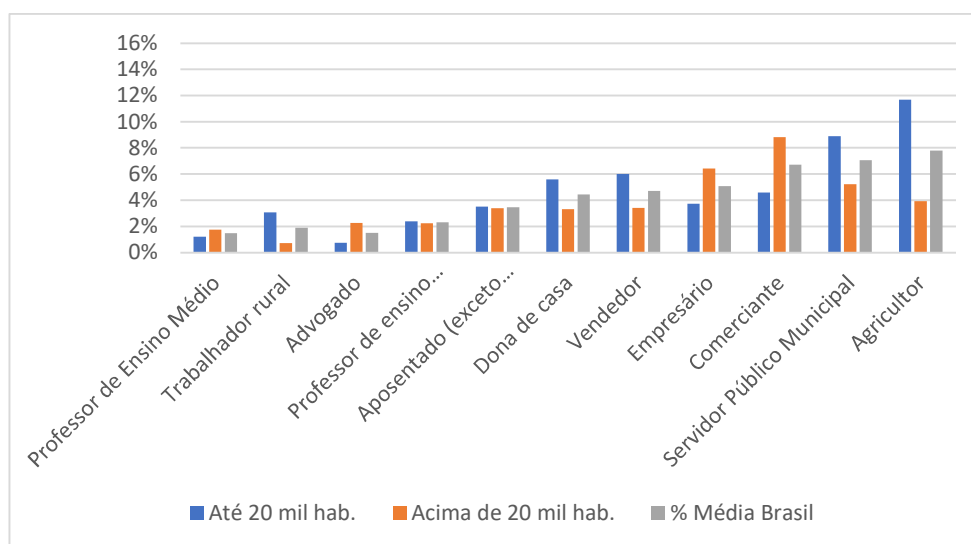
Os dados referentes à ocupação declarada pelos candidatos fecham as informações sociodemográficas disponibilizadas pelos TSE. Neste recorte, percebemos também variações significativas, se analisarmos os dois grupos de candidatos, divididos pela faixa populacional dos municípios. É possível constatar

⁸ Ensino a distância cresce 474% em uma década. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada#:~:text=Em%202021%2C%20foram%20mais%20de,queda%20de%208%2C3%25>. Acesso em 10/02/2023.

também que as características de cada município e as particularidades socioeconômicas dos municípios de maior e menor porte influenciam diretamente no perfil dos candidatos. Enquanto nos pequenos municípios predominam as ocupações ligadas ao campo, a casa e ao serviço público, nos municípios de maior porte destacam-se as atividades ligadas a prestação de serviços e gestão. O gráfico 6 resume as informações:

GRÁFICO 6

Distribuição de candidatos por ocupação



FONTE: TSE 2020 – FORMATAÇÃO DOS AUTORES

As ocupações de Trabalhador rural (3,7%), Dona de casa (5,6%), Vendedor (6%), Servidor público municipal (8,9%) e Agricultor (11,6%) somam, juntas, 35,8% de todos os candidatos nos municípios que possuem até 20 mil habitantes. Essas profissões, juntas, nos municípios com população superior a 20 mil, totalizam 16,6%. Nos percentuais médios referentes ao total de candidatos de todos os 5.570 municípios, os percentuais são de 1,9% para os Trabalhadores rurais, 4,4% para as Donas de casa, 4,7% para os Vendedores, 7% para os Servidores públicos municipais e 7,8% para os Agricultores. Um total de 25,8%.

Movimento inverso acontece com as ocupações de Advogado (2,2%), Empresário (6,4%) e Comerciante (8,8%) que, nos municípios com mais de 20 mil

habitantes, juntos, somam 17,4%, ante 9% nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes. As médias brasileiras ficam em 1,5%, 5,0% e 6,7% respectivamente. Dantas e Souza (2016), ao analisar os dados sociodemográficos dos candidatos a vereador nas eleições entre 2000 e 2016, fazem alguns apontamentos referentes ao perfil das candidaturas:

Diversas hipóteses podem explicar alguns pontos, sobretudo no caso dos agricultores, tendo em vista que o peso das pequenas cidades, geralmente mais rurais, sobre o total de vereadores e de candidatos no Brasil é imenso (...) Por fim, demandam especial atenção as “Donas de casa”. O aumento significativo do peso dessas mulheres no total de candidatos, a partir de 2012, sugere que parte da demanda por candidaturas femininas, por exigência da lei, foi cumprida por cidadãs sob tais ocupações (DANTAS, SOUZA, 2016, p. 26-27).

Uma observação pode servir para complementar a análise referente as candidatas que declararam ser Donas de casa. Olhando especificamente para o recorte populacional em questão, percebe-se que o “peso” das candidatas autodeclaradas Donas de casa é maior nos municípios com população inferior a 20 mil, se comparado aos mais populosos. Isso pode remeter ao fato de que, nos municípios mais populosos, as candidatas tendem a ter outras ocupações, fora do lar, tendo qualificações diversas, apontando que nos maiores municípios, as mulheres possuem possibilidade maior de qualificação e inserção no mercado de trabalho, se comparado aos municípios com população inferior a 20 mil. Não é possível descartar a possibilidade da inclusão, principalmente nos menos municípios, de candidatas mulheres para mero cumprimento da cota de gênero, para que os partidos ou coligações possam lançar o número limite de candidatos do sexo masculino.

5. Conclusão

Ao final da apresentação e análise dos dados sociodemográficos dos candidatos a vereador nas eleições de 2020, podemos constatar que, embora algumas características se mantenham semelhantes, no que diz respeito ao recorte populacional dos municípios propostos, algumas diferenças podem ser constatadas.

Em resumo, o perfil predominante dos candidatos a vereador nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes é: homem, casado, branco, entre 35 e 49 anos, com ensino fundamental ou médio completo, com ocupações ligadas ao campo ou ao serviço público municipal. Já, nos municípios de população superior a 20 mil, embora as características de gênero, estado civil e raça coincidam, a faixa etária média fica entre 40 e 54 anos, com ensino médio ou ensino superior completos e ocupações ligadas ao ramo de prestação de serviço ou gestão.

Os dados permitem afirmar que a hipótese testada foi parcialmente refutada, visto que, apesar de manter características comuns, a divisão por faixa populacional dos municípios mostrou que existem diferenças no perfil dos candidatos a vereador, se comparadas as candidaturas de municípios com população inferior a 20 mil e com população superior a esse número. As principais diferenças residem na faixa etária dos candidatos, no grau de escolaridade e na ocupação declarada.

Os dados apresentados nos ajudam a entender, principalmente, o perfil dos candidatos nos municípios de menor porte. As inúmeras questões que surgem na exposição e análise dos dados nos mostram que existem perguntas ainda abertas quando estratificamos os dados a partir de um recorte populacional dos municípios. Isso oferece espaço para outros estudos que podem ser realizados a partir dos dados apresentados e de outros recortes populacionais, possibilitados por meio do levantamento estatístico descritivo das variáveis sociodemográficas dos candidatos, evidenciando, assim, que este é um campo que se encontra aberto para novos trabalhos em diferentes perspectivas.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 496p
- DANTAS Humberto, SILVA Bruno. Eleições legislativas municipais: a porta de entrada na política e a mãe de todos os pleitos sob a realidade de 2020 In **Cadernos Adenauer xxi (2020)**, nº2 Eleições Municipais e os desafios de 2020. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020. p. 163-186.
- DA SILVA, Bruno Souza; DANTAS, Humberto. Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016). Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 48, 2016. p. 11-45
- KERBAUY, Maria. Tereza. As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. In **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 337-365.
- KERBAUY, Maria. Tereza. O papel das câmaras municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012 In: LAVAREDA, A.; TELLES, M. **A lógica das eleições municipais**. Rio De Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 93-122.
- LIMA, R. N. **Vereadores candidatos nas eleições para deputado no Rio Grande do Sul (2002-2010): ambição política, resultados e continuidade da carreira**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- NOLL, Maria Izabel.; LEAL, Carine. A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre). **6º Encontro da ABCP**. Campinas: 2008.